



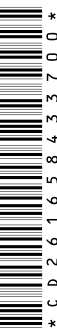
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026
(Do Sr. Ricardo Abrão)

Requer a realização de uma audiência pública para debater a estrutura, a evolução e os impactos das taxas de juros do cartão de crédito no Brasil, especialmente na modalidade rotativo, com foco na avaliação da eficácia das medidas regulatórias vigentes, na análise do spread bancário, do nível de concorrência no sistema financeiro e na proteção do consumidor.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, II da Constituição Federal e dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência que, destinada a examinar, de forma aprofundada, para apurar e debater a estrutura, a evolução e os impactos das taxas de juros do cartão de crédito no Brasil, especialmente na modalidade rotativo, com foco na avaliação da eficácia das medidas regulatórias vigentes, na análise do spread bancário, do nível de concorrência no sistema financeiro e na proteção do consumidor., sugerimos a convocação dos seguintes convidados:

1. Presidente do Banco Central do Brasil;
2. Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN);
3. Representante da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON);
4. Representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE);
5. Especialista em economia do crédito e endividamento das famílias;
6. Representante de entidades de defesa do consumidor.





JUSTIFICATIVA

A presente solicitação fundamenta-se na crescente preocupação com o nível extremamente elevado das taxas de juros cobradas no cartão de crédito no Brasil, particularmente na modalidade rotativo, que permanece como uma das mais onerosas do sistema financeiro nacional.

Dados recentes divulgados pelo Banco Central do Brasil indicam que a taxa média do crédito rotativo atingiu aproximadamente 424,5% ao ano em janeiro de 2026, mantendo-se em patamar extremamente elevado mesmo após oscilações recentes.

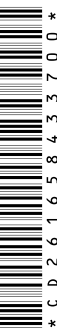
Trata-se da modalidade de crédito mais cara disponível ao consumidor brasileiro, sendo utilizada principalmente por pessoas que não conseguem quitar integralmente a fatura do cartão, o que agrava o quadro de endividamento das famílias. Estudos e estatísticas oficiais demonstram que essa dinâmica contribui diretamente para o aumento da inadimplência e para o comprometimento da renda das famílias, com impactos relevantes sobre o consumo e a atividade econômica.

Ainda que o Congresso Nacional tenha aprovado, em 2024, medidas limitando o custo total da dívida do cartão de crédito ao equivalente a 100% do valor principal, os dados recentes evidenciam que as taxas praticadas continuam extremamente elevadas, o que suscita dúvidas quanto à efetividade das políticas públicas adotadas até o momento.

Além disso, o cenário atual evidencia a necessidade de aprofundamento do debate sobre fatores estruturais que influenciam o elevado custo do crédito no Brasil, como o spread bancário, o nível de competição no setor financeiro, os riscos de inadimplência e o ambiente regulatório vigente.

Diante desse contexto, a realização de audiência pública nesta Comissão revela-se essencial para promover o diálogo institucional entre o Poder Legislativo, órgãos reguladores, setor financeiro, especialistas e representantes da sociedade civil, com vistas à construção de soluções equilibradas que reduzam o custo do crédito sem comprometer a estabilidade do sistema financeiro.

A Comissão de Finanças e Tributação possui papel central nesse





CÂMARA DOS DEPUTADOS

debate, considerando sua competência regimental para analisar matérias relacionadas ao sistema financeiro nacional, política monetária e crédito.

Assim, a presente iniciativa visa contribuir para o aperfeiçoamento do arcabouço normativo e regulatório brasileiro, promovendo maior equilíbrio nas relações de consumo e proteção ao cidadão diante de práticas que impactam diretamente sua capacidade financeira.

Sala das Sessões, de de 2026.

RICARDO ABRÃO
Deputado Federal
União-RJ

Apresentação: 12/05/2026 16:27:38.473 - CFT

REQ n.32/2026



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 507 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF
Contato: (61) 3215-5507 e-mail: dep.ricardoabrao@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD261658433700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Abrão



* C D 2 6 1 6 5 8 4 3 3 7 0 0 *